

GRUPO ESCOLAR DE MARIANA: educação pública em Mariana no início do século XX

Rosana Areal de Carvalho

Elisângela F. Márques

Vinicius Leal Faria

Universidade Federal de Ouro Preto¹

Resumo

A criação do Grupo Escolar de Mariana, Minas Gerais, estabelece o marco da modernidade na educação pública para o município. Este artigo discute a experiência no trato com a construção da história desta instituição escolar e indica a metodologia percorrida para o levantamento dos dados que compõem esta história. Discorre sobre a Reforma João Pinheiro, de 1906, e o Regulamento n.1960 que delineia a implantação dos grupos escolares no Estado de Minas Gerais. Apresenta os dados iniciais quanto ao corpo docente e discente, sobre o prédio onde funcionou e funciona a escola, o contexto que envolve a criação e o funcionamento do grupo escolar – entre 1909 e 1926, e lança perguntas que darão continuidade à pesquisa, num nível mais aprofundado e temático.

Palavras-chave: *história da educação, história das instituições escolares, Grupo Escolar de Mariana*

Abstract

The formation of the Elementary School in Mariana, Minas Gerais, set a milestone in the modern public education in this borough. This article discuss the experience in the management during historical formation this institution and describe the methods used to get the data that make its history. It lecture about the João Pinheiro Reform in 1906 and about Regulation 1960 that outlines the establishment of the Elementary School in Minas Gerais. Its bring up the first information about teaching staff and the pupils information about the context of creation and its operation between 1909 and 1926 besides to bring to light questions that will make possible a more specific and profound research about this matter.

Keywords: *history education, history of school's institutions, Grupo Escolar de Mariana, elementary school*

A pesquisa na história das instituições escolares

Esta história começa com a disponibilização, por parte da Escola Estadual “Dom Benevides” ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, de um acervo encontrado nos porões da escola. Pretende-se que a história a ser resgatada contribua para as comemorações do centenário do Grupo Escolar de Mariana e para a construção da história da cidade e das instituições escolares no Brasil, bem como seja capaz de fornecer elementos para outras pesquisas de recortes mais estreitos que possam ampliar a compreensão acerca da história da educação no Brasil.

As dificuldades que tem se encontrado para resgatar a memória da educação no Brasil, e mais especificamente no caso, a memória de uma instituição escolar não são muito

diferentes daquelas encontradas em outros campos historiográficos. Os limites são dados não só pela exígua preservação como também pela própria produção do documento.

No caso de uma escola, ressalta-se, por exemplo, que os documentos são produzidos sob o manto da necessária fiscalização, das informações a serem prestadas à inspeção escolar, somado ao fato de que não é praxe preservar os produtos fins de uma escola – resultados do processo de aprendizagem, mas sim os documentos burocráticos. Quanto ao Grupo Escolar de Mariana, por exemplo, o maior número de livros encontrados diz respeito à frequência de professores e funcionários. Entendemos que isso se deva à necessidade da “contagem de tempo” para a aposentadoria.

Se inicialmente nos alegamos com a descoberta deste acervo (compõe-se de cerca de 80 livros de registros tipo ata), aos poucos fomos nos dando conta da ausência de tantos outros. Por exemplo, no Livro Inventário Geral da Escola, na primeira relação elaborada, que estimamos de 1909 ou 1910, encontramos listados 11 livros de “Frequência escolar”, 6 livros de “Regimento interno do grupo”, 7 “Programas”, 9 “Regulamento 1960”², 1 “Livro de matrícula”, 8 livros “Ponto diário”, 1 livro “Para a Bibliotheca”, 1 livro “Termos e posse”, 1 livro “Actas”, 1 livro “Caixa”, 1 livro “Inventário”, 1 livro “Folha de pagamento”, 1 livro “Ponto entrada e saída”, 1 livro “Boletim diário”.

Na listagem do inventário de 1911, estão reunidos sob a denominação “Escripturação do grupo”: 1 livro “Actas de exames e visitas officiaes”, 1 livro “Caixa escolar”, 1 livro “Folha de pagamentos”, 1 livro “Termos e posse”, 1 livro “Inventário”, 1 livro “Biblioteca”, 8 livros “Ponto diário dos professores”, 1 livro “Ponto diário dos professores em branco”, 1 livro “Cargos e descargos (?) dos professores”, 1 livro “Entrada e saída dos funcionários”, 1 livro “Ponto diário do diretor”, 1 livro “Matrícula”.

Sob a denominação “Archivo”, encontramos nesta mesma lista os seguintes itens: 8 livros “Matrículas das escolas isoladas”, 7 livros “Ponto diário”, 6 livros “Actas de exames”, 1 livro “Ponto diário do grupo”, 1 livro “Entrada e saída de funcionários”, 1 livro “Ponto diário professores do grupo”. Por este volume de documentação registrado até 1911 (43 livros entre “Escripturação do grupo” e “Archivo”), os pouco mais de 80 livros encontrados até agora representam uma pequena parcela dos documentos burocráticos produzidos pela instituição.³

Nesta pequena amostra já denotamos a falta de documentos relativos à vida escolar dos alunos. Tal lacuna está presente no restante da documentação, bem como relativos ao cotidiano da escola – diários escolares, projetos, trabalhos escolares, avaliações etc. Com base nos documentos que tivemos acesso teríamos dificuldades, por exemplo, de identificar as reações, leituras e possíveis adequações que a comunidade escolar criou frente às determinações externas.

Este quadro nos promove algumas perguntas: o que levou à preservação dos documentos que compõem o acervo hoje? O que ocorreu com os outros livros?

Ainda com referência ao Livro de Inventário, merece trabalho posterior um estudo acerca dos materiais didáticos utilizados no grupo escolar, bem como os recursos físicos disponíveis.

Outro aspecto particular a esse tipo de documento é que sua elaboração está diretamente relacionada à disposição de quem o elabora. É notória a diferença entre os registros feitos pelo primeiro diretor da escola e os seguintes. O volume de informações contidas nos livros referentes aos primeiros anos da escola é muito maior do que o que vamos encontrando com o passar do tempo.

Ao nos darmos conta, portanto, das lacunas existentes na documentação, sendo que mesmo limitada nos promovia inúmeras perguntas que a mesma não respondia, partimos em busca de outras fontes: o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana e o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – AEAM.

No Arquivo Público Mineiro, os documentos que se constituem em fontes diretas para a história da educação em Minas Gerais estão organizados no Fundo da Secretaria do Interior que, de 1891 a 1930, cuidou da Instrução Pública. Neste Fundo, a Série 4 está reservada à Instrução Pública, que se apresenta dividida em três subséries: subsérie 1 – Grupos escolares – escolas particulares – ginásios (nesta subsérie, o volume de documentos até 1918 é significativo e vai rareando até 1922, encerrando-se nesta data); subsérie 2 – Escolas Normais; subsérie 3 – Manutenção de prédios escolares – material didático – mobiliário. Além disso, encontramos também toda a legislação pertinente.

Constam recolhidos na subsérie 1: Atos do Presidente do Estado e Secretário do Interior referente à Instrução Pública; relatórios dos inspetores de ensino; correspondências da Secretaria do Interior à Secretaria de Finanças; correspondências da Secretaria do Interior referentes a exonerações, fiscalização do ensino, autorizações diversas, fechamentos de escola, termos de visita, licenças, ordens, pedidos de nomeação, remoção e substituição; relatórios referentes a diretores de escolas, quadros de matrícula, lista de materiais, balancetes de receita/despesa; listagem de programas a serem cumpridos pelos cursos, solicitações de diplomas.

Neste fundo temos encontrado muitas informações quanto às escolas isoladas existentes em Mariana e região e quanto à movimentação de professores na localidade. Como o fundo está organizado por ordem cronológica, há que ler todos os documentos para identificação daqueles que nos interessam. Os documentos estão reunidos em livros, por ano, num montante que supera uma centena de livros, apenas no período que vai de 1909 a 1922.

Já na subsérie 2 – Escolas Normais, os livros estão organizados por município, facilitando um pouco o trabalho de busca. E aqui descobrimos um tesouro pois encontramos inúmeros documentos referentes ao Grupo Escolar de Mariana nesta subsérie destinada às Escolas Normais que, a princípio, não deveria conter tais documentos. Essa situação é uma daquelas que ilustram o trabalho minucioso do pesquisador, que não pode se ater às convenções utilizadas para a classificação de um acervo.⁴

Deste acervo temos nos detido, por ora, nas correspondências e nos relatórios dos inspetores de ensino. É intensa a comunicação entre a secretaria e a diretoria da escola, sendo que grande parte das correspondências se referem à movimentação dos professores.

FARIA FILHO (2000:17) afirma que os relatórios de inspetores “representam e materializam um dos momentos fundamentais da nova racionalidade que se quer introduzir na educação escolar mineira.” No entanto, encontrar tais relatórios pressupõe, em princípio, que tenham sido redigidos, enviados e preservados. Neste sentido, há uma imensa variedade quanto aos procedimentos, estrutura e volume dos relatórios, dependendo de cada inspetor. No caso do Grupo Escolar de Mariana, até agora, tivemos acesso a poucos e exíguos relatórios que, entretanto, têm sua contribuição.

Por outro lado, ao trabalharmos com acervos diferentes, um exercício principal é o cruzamento de dados. Nos livros de posse do acervo da escola, encontramos sempre a referência a um inspetor municipal. Com a ausência de relatórios de inspetores no acervo do APM surgiu a pergunta: onde estão esses relatórios?

No acervo da Câmara Municipal de Mariana estamos dando prioridade às atas de reuniões da Câmara e outros documentos que apontem para o contexto educacional da cidade

à época. No Arquivo da Cúria Metropolitana em Mariana, estamos nos atendo, em especial, aos jornais. O trabalho nestes dois arquivos tem um olhar mais ampliado tendo em vista uma preocupação que já nos acomete: a necessidade de elaborar um catálogo de fontes para a história da educação, não somente em Mariana, mas na Região dos Inconfidentes. Esta região, originalmente constituída pelos municípios de Mariana e Ouro Preto, comporta hoje mais cinco outros municípios que antigamente eram distritos destes municípios: Itabirito, Catas Altas, Acaiaca, Santa Bárbara, Diogo de Vasconcelos.

Na leitura dos jornais procuramos apreender o espaço que a educação e a escola ocupavam na vida cotidiana dos moradores da cidade. Ao mesmo tempo que vamos também construindo o contexto social, político e econômico no qual estava inserido a instituição. Em se tratando de jornais, vamos compreendendo que a presença ou a ausência de informações quanto à educação estão vinculados à linha editorial assumida pelo mesmo. Por exemplo: um jornal de posição republicana assumida dedica ao assunto “grupo escolar” um espaço bem mais amplo, dada a hierarquia do tema para a construção de uma nação republicana, que se quer moderna e culta.

A reforma João Pinheiro e a criação do Grupo Escolar de Mariana

O advento da República trouxe consigo, no campo educacional, os ares da modernidade. Já no final do século XIX, em São Paulo, era colocado em prática o modelo “grupo escolar”, em oposição ao formato existente até então, no âmbito da educação pública, das escolas isoladas. Em Minas Gerais, a lei 439, de 28 de setembro de 1906, “autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado (...) de modo que a escola seja um instituto de educação intelectual, moral e física”.⁵ De acordo com esta lei, o ensino primário, gratuito e obrigatório, ocorreria nas escolas isoladas, nos grupos escolares e nas escolas-modelo anexas às escolas normais. Esta reforma ficou conhecida como Reforma João Pinheiro, Presidente do Estado à época.

Em dezembro do mesmo ano, o Decreto n.1960 aprova o regulamento da instrução primária e normal do Estado. O regulamento, bastante extenso, dispõe sobre: o ensino em geral e o ensino primário particular; classificação, organização e administração das escolas públicas primárias; quanto ao prédio, mobiliário e material escolar; sobre o corpo docente e seus deveres; matrícula, frequência, suspensão e restabelecimento do ensino; regime escolar, exames, prêmios e férias; escolas normais; inspeção escolar; sobre os aspectos disciplinares relativos aos alunos e professores, incluindo a tabela de vencimentos dos professores.

O modelo “grupo escolar”, neste regulamento, começa a ser delineado a partir do artigo 21, que indica ser o “grupo escolar” uma reunião de tantas escolas quantas sejam necessárias para que o curso primário seja ministrado a cada sexo separadamente. No entanto, o grupo escolar só seria criado em localidades onde a população escolar fosse suficiente para instalar o mínimo de quatro escolas isoladas. De acordo com o artigo 81 desse regulamento, uma escola isolada urbana não se instalaria com menos de 45 alunos. Neste caso, as escolas poderiam ser mistas, de preferência nos anos inferiores.

Com a instalação do grupo escolar, as escolas isoladas desapareciam e, geralmente, os professores destas eram aproveitados naquele. A cada classe corresponderia um professor, ficando o diretor incumbido da supervisão administrativa e técnica, objeto de um regimento especial. Ao diretor também cabia a organização da folha de pagamento. No grupo escolar composto por menos de oito cadeiras, a direção deveria ser exercida por um dos professores, cumulativamente.

Manoel Tomaz de Carvalho, em 1907, como Secretário do Interior do governo João Pinheiro, afirma:

O regime de Grupos escolares deve ser generalizado de modo que a escola isolada seja uma exceção condenada a desaparecer. (...) com o grupo escolar se consegue a divisão do trabalho, a fiscalização permanente, a execução uniforme do programa de ensino. (Minas Gerais, 1907c, p.33) (Citado por FARIA FILHO, 2000:33)

O regulamento previa também para os grupos escolares as aulas profissionais, voltadas para trabalhos práticos de acordo com a idade. Tais trabalhos estavam relacionados aos ofícios de hortelão, arboricultor e jardineiro, como também técnicas de construção de casas e outros que forem julgados convenientes. Às alunas estaria reservado o trabalho de corte e costura, objetos de fantasia e ornamentação.

Interessante observar que os alunos deveriam ser preparados pelas cadeiras do grupo no que tange ao “desenho linear e a mão livre, no emprego dos métodos usuais, aritméticos e geométricos” para melhor desempenho nas aulas profissionais.⁶ Considerando os ofícios a serem desenvolvidos nas aulas profissionais, podemos inferir que o grupo escolar estava destinado à formação de alunos para o mercado de trabalho afeito às classes sociais menos favorecidas economicamente.

Para ministrarem “as aulas profissionais serão designados pelo Secretário do Interior mestres de ofícios com habilitações comprovadas em largo tirocínio”.⁷ Sendo que para as aulas profissionais para as alunas só seriam admitidas professoras técnicas. Estas aulas profissionais tinham o objetivo de “dotar as alunas com as prendas domesticas, com o conhecimento dos trabalhos de agulha, corte e confecção de peças de vestuário.”⁸

Ainda para os grupos de oito ou mais escolas⁹, seria designado um porteiro, que incorporaria as tarefas de jardineiro e tarefas fora do estabelecimento; e uma servente, para os trabalhos de conservação e higiene dos móveis e do prédio escolar.

Quanto ao ensino, as matérias são objeto de um programa aprovado pelo Decreto n. 1.947 de 30 de setembro de 1906: Leitura; Escrita; Língua Pátria; Aritmética; Geografia; História do Brasil; Instrução Moral e Cívica; Geometria e desenho; História Natural, Física e Higiene; Exercícios físicos; Trabalhos manuais; Música vocal.

E para atender às disciplinas de Geografia, História do Brasil, História Natural e Física a escola deveria manter um Museu Escolar. A música vocal era estimulada, muito especialmente o canto coral de hinos patrióticos.

Ainda no programa de ensino constava o horário escolar: “As aulas começarão às 10 horas da manhã, em ponto, encerrando-se às 2 horas da tarde. Os alunos do quarto ano, porém, terão das 2 às 3 da tarde o curso de *Ensino Técnico Primário*.”¹⁰ Determinava também a seqüência das aulas a cada dia, bem como a carga horária de cada disciplina.

O fato é que o modelo dos grupos escolares representava a concepção de urbanização e modernidade, tão apropriada a uma república em processo de consolidação. Mais do que uma simples reunião das escolas isoladas, o grupo escolar marca definitivamente a estrutura da educação no estado, combinando uma maior disciplinarização do corpo docente e do corpo discente. Como entende FARIA FILHO (2000:22), que apresenta os grupos escolares como “um momento de ruptura com o passado imperial e com as escolas isoladas, afirmam a proximidade e identidades desses institutos coletivos de instrução com a modernidade.”

Iniciada a instalação dos grupos escolares na capital, constatamos que quase imediatamente o processo se estende a outras regiões do interior. Segundo FARIA FILHO (2000:46), citando Nelson de Senna, num artigo de 1911:

São 89 os grupos existentes nas mais importantes localidades mineiras, e tendo os mesmos adquirido a maior simpatia do povo, educadores e autoridades dos municípios. Há uma verdadeira emulação nas diversas zonas do Estado por obterem do Governo a criação de novos grupos.

Ainda não encontramos com precisão quando o assunto “grupo escolar” começa a ser discutido em Mariana. Temos duas referências em atas da Câmara Municipal, ambas em janeiro de 1908:

Sr. Vereador Pe. Santos Faria, apresentou por sua vez, uma indicação à Câmara, e que foi igualmente aprovado, autorizando o Sr. Dr. Agente executivo a fazer aquisição de uma casa, nesta cidade, para ser oferecida ao governo do Estado, destinada a um grupo escolar, feitas as necessárias adaptações, pela verba obras públicas, de outras verbas de orçamento vigente.¹¹

O assunto não volta à tona, o que nos leva a pensar que tal prédio não tenha sido encontrado, ou mesmo que a instalação de um grupo escolar envolvia questões políticas que não interessavam a todos, apesar de ser preocupação de muitos. Como já mencionamos antes, o modelo “grupo escolar” estava impregnado fortemente de um discurso republicano que sabemos ainda não ser hegemônico à época.

Em 06 de julho de 1909, pelo Decreto n.2572, é criado o Grupo Escolar de Mariana.¹² De janeiro a maio de 1909 já haviam sido criados 16 grupos escolares no estado. Provavelmente, muitos deles nas mesmas condições que o de Mariana: sem prédio próprio. Toma posse o primeiro diretor, em 04 de agosto, dando início ao funcionamento escolar no prédio da Câmara e Cadeia de Mariana, o melhor prédio público da cidade.

A criação do grupo escolar não significou o desaparecimento das escolas isoladas. Isto ocorreu apenas para as escolas que foram reunidas no grupo, mantendo-se as demais, mesmo porque a dimensão do município exigia esta existência, de forma a atender a população distribuída por vários distritos e toda a zona rural.

Criado como Grupo Escolar de Mariana recebe, em 1914, a denominação de Grupo Escolar Gomes Freire. Augusto Gomes Freire de Andrade era médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto e, à época, ainda clinicava em Mariana, além de ocupar o cargo de Presidente da Câmara Municipal. Mais tarde ocupou o cargo de Senador da República. Junto à escola, teve seu nome primeiramente vinculado à Caixa Escolar. De acordo com o jornal O Germinal, de 28 de fevereiro de 1914, fazendo referência à mesma Caixa Escolar, cita Dr. Gomes Freire como patrono e fundador do Grupo Escolar.

No entanto, nos documentos já pesquisados, seja nos pertencentes ao acervo da escola seja nos documentos do Arquivo Público Mineiro, encontramos, nos anos seguintes, ainda a denominação Grupo Escolar de Mariana. Poucos foram os documentos, seja produzidos pela escola, pela Secretaria do Interior ou mesmo pelos jornais que utilizaram a denominação “Gomes Freire”. Qual o significa disso? Qual teria sido o motivo da utilização de uma dupla denominação? Sabemos não ser comum homenagear, ainda em vida, com o nome em prédios públicos¹³. A que se deveu o caso? Teria havido alguma resistência à homenagem? Ou a resposta é mais simples: como não havia outro grupo escolar em Mariana, este continuou sendo o Grupo Escolar de Mariana?

A denominação Grupo Escolar “Dom Benevides” viria mais adiante, em 1931, quando já ocupava o prédio próprio, permanecendo até os dias de hoje. Para entender esta nova denominação não há muitas dificuldades, tendo em vista o peso que a religião, em especial a Igreja Católica, sempre exerceu em Mariana. FARIA FILHO (2000:50), num estudo sobre os grupos escolares na capital mineira, para o mesmo período, comenta que, inicialmente, os

grupos escolares foram identificados por ordem numérica (1º. Grupo Escolar, 2º. Grupo Escolar etc.), provavelmente acompanhando a numeração existente para as escolas isoladas. Entretanto, logo receberam uma nova denominação, agora em franca homenagem à memória republicana. Já o grupo noturno recebeu uma denominação que indica “o espírito religioso que animava a defesa republicana de educação para os mais pobres”. Entendemos não ser este, exatamente, o caso de Mariana, mas sim o reflexo da forte presença eclesiástica na cidade.

A instituição escolar: corpo docente e discente

Instalado então no prédio da Câmara e Cadeia de Mariana, o grupo escolar iniciou suas atividades tendo como diretor José Ignácio de Souza, que também exercia a função de farmacêutico¹⁴. O diretor e o inspetor de escolar municipal Francisco Leocádio de Araújo vão dando posse ao corpo docente.

Os primeiros professores a tomarem posse o fizeram em 09 de agosto, começando pela “normalista D. Albertina Guedes, removida da cadeira do sexo feminino do districto de Cattas Altas da Noruega, município de Queluz¹⁵”. Em seguida temos: a normalista Ercília Joannita Ferreira de Mesquita; “a professora D. Francisca de Paula Xavier de Abreu, removida da 2ª. cadeira do sexo feminino desta cidade para o referido grupo”; “a professora D. Francisca Dias Bicalho, removida da primeira cadeira do sexo masculino desta cidade para o referido grupo”; “a professora D. Leontina de Godoy, removida da 2ª. do sexo masculino desta cidade para o referido grupo”; “o professor José Claudino dos Santos, removido da 4ª. cadeira do sexo masculino desta cidade”; a normalista D. Leonidia de Castro Queiroz; “D. Augusta Queiroz de Almeida, removida da primeira cadeira mista desta cidade para o referido grupo.”¹⁶

Também em 09 de agosto foi nomeado o porteiro e a servente ocupou seu posto em 23 de agosto, completando o quadro docente e administrativo da escola, conforme indicado pelo regulamento.

O corpo docente inicial, portanto, era composto por 7 professoras e 1 professor.

Os dados nos permitem entender que este corpo docente era composto por professores já experientes – removidos de cadeiras isoladas, e professores em início de carreira – as normalistas. Dentre os professores removidos, apenas uma vinha de outra localidade, mas vizinha ao município de Mariana.

Onde se formaram esses professores? Na região existiam duas escolas normais: Escola Normal de Ouro Preto e outra, exclusiva para moças, em Mariana, Escola Normal Providência.

Com base no livro “Termos e posse” e nas correspondências trocadas entre a Secretaria de Instrução Pública e a direção da escola, identificamos um procedimento bastante comum: os pedidos de licença e as conseqüentes substituições. Quais eram as doenças que acometiam os professores? As condições de trabalho eram causas importantes nesses afastamentos? Como eram escolhidos os professores substitutos?

Nesta fase da pesquisa, os dados encontrados nos remetem a variados campos de análise. Já mencionamos o campo da saúde profissional. Outro campo seria o estudo de gênero e a profissão docente. De 1909 até 1926, entre diretores e professores, identificamos 26 profissionais. Dentre estes encontramos três profissionais do sexo masculino, sendo os dois primeiros diretores da escola e um professor. Aqui cabem duas observações. A primeira diz respeito à direção da escola: na capital, a preferência ao cargo era das mulheres, enquanto que no interior, a maioria eram homens que preenchiam o cargo. Neste caso ainda é surpreendente

o fato de ser o diretor não um profissional da educação, mas sim um farmacêutico. A segunda observação é quanto à presença do professor para uma classe de 2^a. série, certamente masculina, situação pouco comum. O restante, ou seja, expressiva maioria – 23 profissionais, 88,5%, eram mulheres.

Sendo a escola primária de 4 anos e tendo a escola 8 professores, podemos supor que cada série tinha uma turma feminina e uma turma masculina.

Em 1911 o diretor José Ignácio de Souza elabora um relatório das atividades desenvolvidas pela escola durante o ano.¹⁷ Este relatório confirma nossas projeções para o corpo discente, formado por 352 matrículas em janeiro, finalizando o ano com uma frequência de 239 alunos. O abandono da vida escolar apresentava taxas bastante elevadas. Observa-se também que a 1^a. série tem matrícula superior às demais, que em muito se assemelha à realidade atual. Há que considerar a justificativa do diretor para a queda na frequência: “A frequência foi prejudicada com o sarampo e coqueluche, principalmente nos primeiros anos, ainda assim foi superior ao que exige o regulamento.”¹⁸

QUADRO SINÓPTICO DO MOVIMENTO DO GRUPO¹⁹

Nomes dos professores	Classe de ano	Matrícula de janeiro	Matrícula suplementar	Matrícula atual	Frequência do 2 ^o . semestre	Promoções	Exames finais	Alunos eliminados
Leonydia de C. Queiroz	4 ^a .	20	0	16	16		14	4
Leontina Godoy	4 ^a .	20	0	19	19		19	1
Albertina Guedes	3 ^a .	37	1	27	24	15		11
Ercilia Mesquita	3 ^a .	25	0	16	16	9		9
José Pedro Claudino	2 ^a .	52	3	40	30	17		15
Augusta Almeida	2 ^a .	46	1	39	38	25		8
Francisca H. de Abreu	1 ^a .	84	5	60	44	18		29
Francisca D. Bicalho	1 ^a .	68	8	63	52	24		13
		352	18	280	239	108	32	90

Fonte: Arquivo Público Mineiro, SI 3407.

Deste relatório é também interessante ressaltar a avaliação do diretor quanto ao modelo grupo escolar:

Os trabalhos escolares correram regularmente durante o ano em todas as disciplinas e por isso o resultado obtido já foi bastante satisfatório, tanto que demonstrou, praticamente, que o ensino agrupado deixou muito distanciado o antigo sistema de escolas singulares; assim é que, pelo arquivo do grupo, verifiquei que, no ano em que houve maior número de aprovações nos exames finais de todas as escolas singulares, a soma foi de 9 alunos, 3 repetentes, ao passo que o grupo, em o seu

terceiro ano de existência e em exames mais rigorosos, apresenta 32 alunos aprovados.

Em comparando os anos inferiores do grupo com os das escolas singulares, notei que esta desproporção se mantém nas promoções ou exames, o que é muito importante, porque os professores do grupo são, em sua maioria, os mesmos das referidas escolas, donde concluo que o ensino agrupado é muito superior ao isolado.²⁰

Relatando outros acontecimentos do ano letivo, o diretor faz referência às festas escolares, para as quais enfrentou algumas dificuldades com a falta de música. Para tanto, solicita ao Sr. Secretário o envio de um piano ou os instrumentos para uma banda que seria mantida sem ônus para o estado.²¹

Estrutura física da escola

Instalada no prédio da Câmara e Cadeia de Mariana, posteriormente ocupa um outro imóvel à Rua Dom Viçoso, entre a Rua do Seminário e a Rua das Mercês. No livro “Inventário Geral” encontramos referência ao prédio público ocupado pela escola cito à Praça São Francisco até 1918. Em 1926 tem início a construção do prédio próprio, cuja ocupação efetiva se dá no início dos anos 30.

PINHEIRO (2002), tratando da instalação dos grupos escolares na Paraíba, identificou dois períodos no processo de expansão e consolidação dos grupos escolares: um primeiro, que denomina período de “passagem”, que vai de 1916 a 1929, caracterizado pela coexistência entre os grupos escolares e outros modelos de organização escolar; e um segundo momento que tem início a partir de 1930, quando o modelo grupo escolar passa a predominar.

A construção do prédio próprio denuncia a afirmação do modelo grupo escolar. O local e o prédio em si atestam a importância da educação pública na vida da cidade. Construído num largo, na parte central e plana da cidade, indica a hierarquia da instituição. Há uma entrada principal, antecedida por um jardim com canteiros em formas geométricas, uma larga escada e uma varanda que se estende por toda frente do prédio. Em seguida tem-se o hall principal, ladeado por duas salas pequenas, possivelmente destinadas à direção e secretaria da escola. Deste hall adentra-se ao interior do prédio, constituído por dois corredores laterais que margeiam um pátio aberto. Na parte superior, em cada corredor existem 4 salas de aula e sanitários. As janelas das salas são amplas e altas, indicando a preocupação com a luminosidade e com o arejamento. Na parte inferior estão as demais dependências, incluindo outras salas de aula.

Esta realidade nos permite afirmar que a realidade observada por FARIA FILHO (2000:42) em Belo Horizonte se repete para o Grupo Escolar de Mariana. Provavelmente, uma realidade senão nacional, pelo menos estadual:

Nessa perspectiva, o fato de os grupos escolares ocuparem não apenas os “melhores prédios”, mas também aqueles mais centrais denota, além da importância atribuída aos grupos escolares na composição do desenho urbanístico da cidade, um esforço por demonstrar a centralidade que o lugar da educação escolar deveria representar no interior da cidade, como projeção política da ordem social que se queria impor ao conjunto da população, particularmente aos mais pobres.

Caixa Escolar “Dr. Gomes Freire”

Dada a intensa frequência com que é mencionada nos documentos acessados, cabe apresentar alguns dados sobre a Caixa Escolar “Dr. Gomes Freire”. Começamos pelo já

mencionado relatório do diretor Sr. José Ignácio de Souza, referente ao ano de 1911, no qual informa: “Em comemoração a data da festa à bandeira foi criada, neste grupo, a caixa escolar, que será inaugurada logo que sejam aprovados os seus estatutos.”²²

Tais estatutos foram aprovados em assembléia do dia 11 de agosto de 1912, conforme informa a correspondência enviada à Secretaria do Interior, tendo como anexo os estatutos, que recebe o seguinte despacho:

Os Estatutos da Caixa Escolar “Dr. Gomes Freire”, do Grupo de Mariana, estão de acordo com as disposições do Regul. N. 3191, de 9 de junho de 1911 e obedecem às disposições expedidas em 26 de dezembro de 1911. Podem, portanto, ser publicados, oficiando-se ao presidente para que promova o registro da sociedade, dependendo o que for necessário por conta da caixa. 28-8-2.²³

Os recursos da Caixa Escolar vinham de seus sócios, das gratificações não recebidas pelos professores e funcionários da escola, de algumas atividades culturais desenvolvidas na escola tais como teatro, filmes, apresentações diversificadas, quermesses etc. No relatório final da primeira administração da Caixa Escolar, sob a presidência do Dr. Gomes Freire, está mencionada possíveis subvenções da Câmara Municipal. No entanto, de acordo com os balancetes de 1912 e 1913 não há nenhuma indicação deste recurso. Neste mesmo relatório está mencionado o objetivo da Caixa Escolar: “Criada para o fim de estimular a maior frequência de alunos em nosso Grupo escolar...”²⁴

Data de novembro de 1912 o primeiro balancete encontrado nas correspondências enviadas à Secretaria do Interior. Nele consta: entradas: contribuições dos meses de setembro e outubro, doativo do Sr. Gentil Braga, contribuições atrasadas, gratificação que perdeu em outubro a profa. D. Ercília Mesquita; saídas: 3 livros em branco para a caixa, selos para o registro do estado, auxílio a alunos (Josephina Lemos e Agostinho Pacheco).

Para o ano de 1913 podemos encontrar balancetes para quase todos os meses. Vamos aqui registrar apenas um para ilustrar o movimento feito pela Caixa Escolar:

Balancete da Caixa Escolar “Dr. Gomes Freire” anexa ao Grupo Escolar de Mariana correspondente ao mês de agosto 1913

1913		Caixa	Débito	Haver
Agosto	1º.	Transporte de julho	675\$728	
	1º.	Contribuição dos sócios	38\$000	
	1º.	Gratificação que perdeu a permutante de D. Albertina	75\$000	
	1º.	Gratificação que perdeu o porteiro	7\$998	
	1º.	Gratificação que perdeu o servente	2\$111	
	1º.	Gratificação que perdeu a prof. D. Francisca Abreu	5\$000	
	2	Auxílio a aluno Arlindo Carneiro		6\$000
	31	Merenda dos alunos pobres		33\$000
	31	Balanço		764\$837
		S.S.E ou O ²⁵	803\$837	803\$837
		Saldo para o mês de setembro	764\$837	

Fonte: Arquivo Público Mineiro, SI 3407

Em abril de 1913 a Caixa Escolar financiou os uniformes para os alunos e alunas carentes, com a seguinte curiosidade: aos alunos, 59 ao todo, foi fornecido o tecido e a

confeção: “Pago à D. Antônia Almeida pela confecção de 60 uniformes”, “Fazendas e preparos para os mesmos”; enquanto que as alunas, em número de 57, receberam apenas o tecido: “218 ½ metros azulina para uniformes para alunas pobres”.

Se tomamos o dado quanto ao corpo discente constante do relatório do diretor em 1911 – 352 alunos matriculados no início do ano e o mantemos e o confrontamos com os alunos carentes, aqueles que receberam uniforme em 1913, num total de 116, temos que 32,95% dos alunos apresentavam precária condição sócio-econômica. Este dado sustenta uma afirmativa feita anteriormente: a necessária instrução de vários ofícios aos alunos do grupo.

Perspectivas da pesquisa

Outras questões se impõem para a continuidade do trabalho. Seria possível estabelecer “ciclos de vida” para essa escola? Que semelhanças e/ou diferenças é possível traçar entre a história educacional local e de outras regiões do Brasil? Delinear a história de uma instituição escolar é também dar voz a um conjunto de indivíduos que compuseram essa história: alunos, professores, funcionários, comunidade.

Trata-se de recuperar uma memória coletiva que reúne representações diversas, várias olhares e significados. A forma narrativa não implica uma história linear pois esta não dá conta de refletir a complexidade de uma instituição que responde a influências internas e externas, que cria e elabora outras tantas, e que constrói sua identidade a partir de uma intrincada rede de relações sociais e políticas. Não se trata de alcançar uma totalidade ou “uma essência institucional a ser descrita”, mas sim uma interpretação. Segundo WERLE (2004:15),

(...) a história das instituições escolares não é um relato ou recitação de acontecimentos, mas uma narrativa com interpretações, releituras que se apresentam na dimensão de representação, de uma versão da história institucional.

O presente trabalho é pioneiro na região e entendemos que abre espaço para debates e maior compreensão acerca da educação brasileira, tanto na perspectiva historiográfica quanto pedagógica. Pretendemos também que se constitua num incentivo para a recuperação e a produção de fontes para a história da educação mineira.

Paralelo às pesquisas, estamos desenvolvendo um debate com vistas à construção de um arcabouço teórico-metodológico para melhor compreensão de nosso objeto. Partimos de um conjunto de conceitos, de “olhares”, que nos remetem à História Social da Cultura. Entretanto, tais conceitos serão suficientes para analisar continuidades e rupturas?

Por outro lado, estamos envolvidos num objeto particular que, ao mesmo tempo, nos remete para uma história senão nacional, pelo menos regional. Portanto, a produção historiográfica recente tem nos dado pistas acerca desse objeto e da trama que o rodeia.

Sendo assim, estamos percorrendo um caminho de mão dupla: a construção teórica e a pesquisa documental. O produto disso, sabemos, contribuirá para compor o mosaico que se está construindo acerca da história da educação no Brasil.

Um passo que já estamos dando para ampliar este trabalho está no campo da pesquisa oral e dos registros fotográficos. Temos feito algumas entrevistas com ex-alunos, ex-professores que, se não nos remetem diretamente ao período que ora nos detivemos (1909-1926), indiretamente vão confirmando informações e favorecendo a compreensão acerca da história desta instituição.

Fontes Primárias:

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Correspondências referentes aos grupos escolares*, SI 3407, 1912.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. *Livro de Atas*, 1908. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

GRUPO ESCOLAR DE MARIANA. *Livro Termos de Posse*, 1909 a 1964. Arquivo da Escola Estadual Dom Benevides.

GRUPO ESCOLAR DE MARIANA. *Livro Inventário Geral*, de 1909 a 1936. Arquivo da Escola Estadual Dom Benevides.

O GERMINAL. 1914.

SOUZA, José Ignácio. *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Secretaria do Interior, subsérie 2, Correspondências referentes aos Grupos Escolares, SI 3407.

Referências Bibliográficas:

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000, p.50.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta M. Chagas. Historiografia da educação e fontes. In: *Cadernos ANPED*, n. 5, setembro 1993, pp.7-64.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala?. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004, p.14.

¹ Professora do Departamento de Educação e alunos da graduação em História.

² Refere-se ao Regulamento n. 1960 de 16 de dezembro de 1906.

³ Cf. Livro Inventário Geral, pp. 1 a 8.

⁴ NUNES e CARVALHO (1993) declaram a importância da ida aos arquivos para o trabalho do historiador, o que inclui o historiador da educação.

⁵ MINAS GERAIS, Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906.

⁶ MINAS GERAIS, Regulamento da Instrução Pública, de 16 de dezembro de 1906, Art. 29.

⁷ MINAS GERAIS, Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906, Art. 30.

⁸ IDEM, Art. 43.

⁹ Escolas no sentido de turmas.

¹⁰ MINAS GERAIS, Decreto n. 1947, de 30 de setembro de 1906, Programa do ensino primário.

¹¹ Ata da segunda sessão ordinária da Câmara Municipal de Mariana, no dia 5 de Janeiro de 1908.

¹² MINAS GERAIS, Decreto n.2572, de 06 de julho de 1909, Cria o grupo escolar de Mariana.

¹³ Pode ser uma afirmativa que não cabe para a época pois PINHEIRO (2002) faz referência a escolas cujos nomes homenagearam políticos envolvidos com a criação dos grupos escolares e ainda vivos.

¹⁴ O Germinal, 20 de março de 1914.

¹⁵ Atualmente Conselheiro Lafayette.

¹⁶ Cf. Livro Termo de Posse, pp.1, 2 e 3.

¹⁷ Merece leitura as apreciações feitas por FARIA FILHO (2000:17), acerca dos relatórios da direção da escola. Neste relatório, em especial, podemos identificar muitas das características apontadas pelo autor.

¹⁸ Arquivo Público Mineiro, SI 3407.

¹⁹ IDEM.

²⁰ IDEM.

²¹ Sabemos que na escola existiu um piano mas ainda não pudemos identificar com maior precisão esse dado. No entanto, no acervo pertencente a escola encontram-se hinários – livros com partituras de hinos nacionais. No Inventário de 04 de agosto de 1909 constam 14 livros de Hinos escolares.

²² Arquivo Público Mineiro, SI 3407. *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911.*

²³ Arquivo Público Mineiro, SI 3407.

²⁴ Arquivo Público Mineiro, SI 3440.

²⁵ Não identificamos o significado das siglas.